

INSEGURANÇA ALIMENTAR E SUA RELAÇÃO COM FATORES SOCIOECONÔMICOS DE NUTRIZES ATENDIDAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA¹

FOOD INSECURITY AND ITS RELATIONSHIP WITH THE SOCIOECONOMIC FACTORS OF MOTHERS WHO RECEIVE PRIMARY CARE

**Karla de Souza Maldonado da Silva², Ethiene da Silva Fontoura²,
Adriane Cervi Blümke³ e Karen Mello de Mattos Margutti⁴**

RESUMO

A insegurança alimentar está associada ao acesso a uma alimentação adequada, que sofre interferência conforme as condições socioeconômicas. Entre os grupos de risco, destacam-se as mulheres em período de lactação. O objetivo desta pesquisa foi delinear o nível de insegurança alimentar relacionando com o perfil socioeconômico, escolaridade e estado civil de nutrizes. Foram entrevistadas 78 nutrizes de 10 Unidades Básicas de Saúde de Santa Maria/RS, a partir de três instrumentos, na forma de questionário. A segurança alimentar foi prevalente, porém, à medida que a classe diminuiu, a insegurança alimentar aumentou. A relação com a escolaridade também demonstrou um aumento à medida que as nutrizes se mostravam menos instruídas. A associação com o estado civil mostrou que as gestantes que não residem com seus companheiros apresentam maior índice de insegurança alimentar. Identificar grupos em risco de insegurança alimentar é fundamental para possibilitar o direcionamento para formulação de políticas públicas específicas.

Palavras-chave: escolaridade, estado civil, mulheres, segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

Food insecurity is associated with inadequate food, which is influenced by socioeconomic conditions. Among the risk groups are breastfeeding women. The aim of this study was to define the level of food insecurity related to the socioeconomic profile, education and marital status of nursing mothers. 78 nursing mothers, from 10 Basic Health Units of Santa Maria / RS, were interviewed by means of a questionnaire. Food security prevailed. However, as the social class decreased, food insecurity increased. In addition, nursing mothers who were less educated also showed an increase of food insecurity as did pregnant women who do not live with their partners. Therefore, identifying groups at risk seems to be crucial to the development of specific public policies.

Keywords: education, marital status, women, food and nutrition security.

¹ Trabalho de Iniciação Científica - PROBIC.

² Acadêmicas do Curso de Nutrição - Centro Universitário Franciscano. E-mail: karla.maldonado@hotmail.com; ethi_fontoura@hotmail.com

³ Colaboradora. Docente do Curso de Nutrição - Centro Universitário Franciscano. E-mail: adriblumke@yahoo.com.br

⁴ Orientadora. Docente do Curso de Nutrição - Centro Universitário Franciscano. E-mail: kmmattos@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O leite materno deve ser o primeiro alimento oferecido ao recém-nascido, pois, além de outras vantagens, ele apresenta benefícios nutricionais para a saúde da criança, reduzindo a mortalidade e morbidade por doenças infecciosas; além de ser fator protetor para a saúde da nutriz (BARROS et al., 2009). A produção de leite materno exige uma quantidade de nutriente equivalente ao custo energético total da gestação. Sendo assim, grupos de risco, como as nutrizes, estão mais suscetíveis a enfrentarem situações que ocasionam insegurança alimentar, seja pela quantidade de alimentos consumidos, seja pela restrição em relação à qualidade (HOSOI; ABREU, 2006).

Aspectos socioeconômicos, estado civil, renda e estado nutricional da mãe são alguns dos fatores que podem influenciar a prática e a duração da amamentação (SALIBA et al., 2008). Para que a amamentação possa ser desenvolvida com qualidade, sem apresentar riscos nutricionais à mãe e ao bebê, o acesso à alimentação adequada é de suma importância.

A insegurança alimentar é determinada, principalmente, pela pobreza e pelas desigualdades sociais, sendo que está associada ao acesso a uma alimentação adequada que pode ser interferida pelas condições socioeconômicas (SALLES-COSTA et al., 2008). A escassez de alimentos gera desconforto físico e psicológico (HABICHT et al., 2007) e engloba diversos fatores, como a preocupação em virtude do acesso à comida, o fato de passar fome, a perda da qualidade nutritiva da dieta, a redução da diversidade alimentar e da quantidade de alimentos (CORRÊA et al., 2003), a incerteza sobre o abastecimento de alimentos e as experiências de fome (GULLIFORD; MAHABIR; ROCKE, 2003), podendo produzir deterioração do nível de bem-estar de pessoas, famílias ou comunidades, conforme a exposição a determinados tipos de riscos (PEREIRA et al., 2006).

O acesso à alimentação é um direito básico e primordial dos seres humanos, além de ser assegurado pela segurança alimentar, que consiste no acesso por meios socialmente aceitáveis a uma dieta qualitativa e quantitativamente adequada às necessidades humanas individuais (MARÍN-LEON et al., 2005; CORRÊA et al., 2003). Entretanto grupos populacionais com baixo poder aquisitivo ou que se encontram em grande modificação fisiológica que podem ocasionar vulnerabilidade, como por exemplo as nutrizes, podem ser afetados pela insegurança alimentar.

Estudos que analisam fatores associados à insegurança alimentar possibilitam o planejamento de programas e políticas públicas de caráter preventivo e promoção da saúde para nutrizes (SALLES-COSTA et al., 2008). Tendo em vista a magnitude da amamentação para a saúde materno-infantil, o desenvolvimento da presente pesquisa visa contribuir para o delineamento socioeconômico dessas nutrizes e conseqüente presença da insegurança alimentar e a sua relação com o nível socioeconômico, e escolaridade materna e seu estado civil.

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de um estudo com delineamento transversal realizado em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Santa Maria/RS que oferecem atendimento pediátrico e/ou ginecológico. A amostra foi constituída por nutrizes atendidas nas UBS. Foram excluídas as nutrizes com filhos maiores de 12 meses de vida. A coleta de dados aconteceu no período de maio de 2012 a dezembro de 2012, e foram aplicados três instrumentos.

O primeiro foi um questionário, elaborado pelas próprias pesquisadoras, com os seguintes dados: iniciais do nome, endereço, telefone, renda familiar em salários mínimos, gêneros alimentícios mais adquiridos e custo mensal com sua aquisição, custo mensal com medicamentos.

O segundo instrumento utilizado é validado e consiste na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que se trata de um questionário estruturado e, por meio de um somatório de pontos, possibilita a classificação da insegurança alimentar em: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada ou insegurança alimentar grave (SAMPAIO et al., 2006).

O terceiro instrumento trata-se do Critério de Classificação Econômica do Brasil (CCEB) da ANEP (2008), que é validado e permite classificar a população em classes econômicas. Cada instrumento foi aplicado de forma individualizada por meio de entrevista. Os dados foram armazenados em uma planilha no programa Microsoft Excel 2007, para posterior análise estatística descritiva (média e desvio padrão para variáveis contínua e percentual para variáveis categóricas) dos resultados.

Todas as nutrizes que atenderam ao critério de seleção e que aceitaram participar desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após explicações detalhadas sobre o objetivo do estudo e os procedimentos utilizados. Cabe salientar que as nutrizes participantes assinaram duas vias de igual teor. Uma dessas vias ficou com a participante e a outra, com a pesquisadora. Este estudo foi aprovado pelo Núcleo de Educação Permanente em Saúde (NEPES) da Secretaria de Município da Saúde de Santa Maria/RS, pelas Unidades de Saúde e pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Franciscano, sob registro número 072.2011.2 e faz parte da linha Educação, sociedade e integralidade na saúde, do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Saúde (GIPES), do Centro Universitário Franciscano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 78 nutrizes com idade de 14 a 42 anos, com média de idade de 25,6 anos, que buscaram atendimento nas Unidades Básicas de Santa Maria/RS no período de maio a dezembro de 2012.

A tabela 1 apresenta a caracterização das nutrizes investigadas quanto à situação de insegurança alimentar, nível socioeconômico, escolaridade e estado civil em Santa Maria/RS.

Tabela 1 - Caracterização das nutrizes investigadas quanto à situação de insegurança alimentar, nível socioeconômico, escolaridade e estado civil em Santa Maria/RS, 2012.

Características das nutrizes	n	%
Situação de insegurança alimentar (EBIA)		
Segurança alimentar	51	66,2
Insegurança alimentar leve	23	29,9
Insegurança alimentar moderada	3	3,9
Não soube responder	1	1,2
Nível socioeconômico (ABEP)		
B1	5	6,5
B2	29	37,7
C1	16	20,8
C2	15	19,5
D	10	13
E	2	2,6
Não soube responder	1	1,2
Nível de escolaridade da nutriz		
<8 anos de escolaridade	28	35,9
≥8 anos de escolaridade	50	64,1
Estado civil da nutriz		
Mora com o companheiro	63	80,8
Não mora com o companheiro	15	19,2

** Estatística descritiva (média e desvio padrão para variáveis contínua e percentual para variáveis categóricas).

No estudo de Salles-Costa et al. (2008), mais da metade das famílias sofriam com insegurança alimentar em diferentes níveis. Na presente pesquisa, se observa o contrário, pois a maioria das nutrizes se encontra na faixa de segurança alimentar. Salles-Costa et al. (2008) observaram que a maioria das famílias (56%) se encontrava nas classes C e D. Já neste estudo, os números são diferentes, pois a maioria (44,2%) das nutrizes entrevistadas se encontra na classe B, o que sugere uma melhor condição socioeconômica.

No estudo de Salles-Costa et al. (2008), o índice de escolaridade < 8 anos dos chefes de família chegou a 58,5% entre aqueles que não completaram o ensino fundamental e os analfabetos. A maior vulnerabilidade das famílias com menor grau de escolaridade pode estar associada ao menor acesso a uma rede de suporte familiar e social, bem como a outros fatores facilitadores para a manutenção desta prática, como por exemplo, o acesso a serviços de atenção à saúde e à inserção formal no mercado de trabalho (DAMIÃO, 2008).

Já em um estudo realizado por Fragoso e Fortes (2011), foi observado que o índice de mulheres que viviam com seus companheiros era de 76,5% e as que não viviam com seus companheiros de 23,5%. A presença dos companheiros, além de fornecer uma segurança financeira para as nutrizes (SALLES-COSTA et al., 2008), incentiva a prática do aleitamento materno, o que diminui o índice de insegurança alimentar, inclusive para os seus bebês (FRAGOSO; FORTES, 2011).

A tabela 2 apresenta como a relação da insegurança alimentar está associada com a classificação socioeconômica, escolaridade e estado civil das nutrizes atendidas na atenção básica.

Tabela 2 - Relação entre insegurança alimentar com a classificação socioeconômica, escolaridade e estado civil de nutrizes atendidas nas Unidades Básicas de Santa Maria/RS, 2012.

Variáveis	Categorias de segurança alimentar						Total
	Segurança alimentar		Insegurança alimentar leve		Insegurança alimentar moderada		
	n	%	N	%	N	%	
ABEP							
B1	5	6,4	0	0	0	0	5
B2	23	29,4	6	7,6	0	0	29
C1	12	15,3	3	3,8	1	1,2	16
C2	8	10,2	6	7,6	1	1,2	15
D	3	3,8	6	7,6	1	1,2	10
E	0	0	2	2,5	0	0	2
Total	51	65,3	23	29,4	3	3,8	77*
Escolaridade							
< 8 anos	14	17,9	12	15,3	2	2,5	28
≥ 8 anos	38	48,7	11	14,1	1	1,2	50
Total	52	66,6	23	29,4	3	3,8	78
Estado civil							
Reside com companheiro	43	55,1	18	23	2	2,5	63
Não reside com companheiro	9	11,5	5	6,4	1	1,2	15
Total	52	66,6	23	29,4	3	3,8	78

*Uma nutriz não soube responder ao questionário socioeconômico (1,2%).

Entre as nutrizes entrevistadas e classificadas na classe socioeconômica E, todas apresentaram insegurança alimentar leve, enquanto que a classe B1 relatou segurança alimentar. A insegurança alimentar moderada se demonstrou equivalente em todas as classes, com variação muito baixa. À medida que a classe socioeconômica aumentou, a segurança alimentar também aumentou, chegando a 29,4% (n=23) entre as que foram classificadas na classe B2.

O conceito de insegurança alimentar aqui empregado, baseado na EBIA, envolve dimensões tais como a percepção de preocupação e angústia ante a incerteza de dispor regularmente de comida, a utilização de estratégias que visam economizar alimento (diluição com redução da qualidade nutricional, diminuição da diversidade da dieta e da quantidade de alimentos e/ou número de refeições) e, finalmente, a experiência concreta de passar fome por um dia inteiro em virtude de não ter o que comer (MARÍN-LEON et al., 2005). Essas dimensões correspondem, respectivamente, aos níveis leve, moderado e grave de insegurança alimentar. Sob tal perspectiva, compreende-se que nenhuma das nutrizes estudadas esteja em situação de fome.

Nos últimos anos, foi possível observar um crescimento consistente da economia brasileira, o que proporcionou ao país a classificação de sexta maior economia do mundo em 2011 e a segunda maior do continente americano. Dessa forma, a população brasileira também experimentou transformações sociais e econômicas, que tiveram reflexo na situação alimentar e nutricional (CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2011).

Em comparação com estudos nacionais anteriores, é plausível supor que as menores prevalências encontradas neste inquérito decorram da redução da pobreza extrema ocorrida no Brasil no intervalo entre as pesquisas. A redução observada tem sido atribuída ao crescimento da cobertura de benefícios sociais (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada), do emprego formal e, também, ao aumento real do salário mínimo (PANIGASSI et al., 2008).

Sugere-se que quanto maior o nível de escolaridade da nutriz, maior é o índice de segurança alimentar. Conforme os resultados obtidos, pode ser observado que, quanto maior o nível de escolaridade, maior foi a segurança alimentar. Em contrapartida, a insegurança alimentar leve se manteve semelhante independentemente do nível de escolaridade das nutrizes avaliadas, bem como os níveis de insegurança alimentar moderada. Observou-se que a prevalência de segurança alimentar foi crescente conforme aumentou o grau de escolaridade.

Estes resultados estão de acordo com os encontrados por Souza et al. (2012), que, ao entrevistarem beneficiários do Programa Bolsa Família em Viçosa/MG, observaram que entre as mães com escolaridade inferior a 10 anos de estudo, a insegurança alimentar foi prevalente ($p < 0,001$). No Brasil, na área urbana ou na rural, quanto maior o nível de escolaridade dos moradores, menor a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave (IBGE, 2010). A baixa escolaridade da pessoa de referência na família aumenta a probabilidade de o grupo familiar ter uma alimentação de baixa qualidade, pois, se essa pessoa não tem acesso à informação adequada, a capacidade de escolher alimentos saudáveis fica prejudicada, o que afeta, principalmente, as crianças (MOLINA, 2010).

Ao ser relacionado o estado civil das nutrizes com a percepção de segurança alimentar, a prevalência de segurança alimentar foi maior entre aquelas nutrizes que moravam com seus companheiros, correspondendo a 55,1% ($n=43$), e as que não moravam apresentaram um índice de 11,5% ($n=9$). Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008) em nível nacional verificou que entre as mães entrevistadas que viviam sem companheiro, destacou-se a insegurança alimentar moderada em 36,31% e grave em 24,37%. Já entre aquelas que viviam com companheiro, prevaleceu a segurança alimentar e insegurança alimentar. O fato de a segurança alimentar ser maior em nutrizes que moram com o companheiro se deve ao fato de que os companheiros exercem uma influência positiva na condição socioeconômica da família, bem como no apoio social, emocional e educacional.

Entre as limitações do estudo, destaca-se que, embora a insegurança alimentar seja estudada desde 1989 e exista um guia para mensuração (BICKEL et al., 2000), em cada estudo são utilizadas novas adaptações nos instrumentos ou construídos novos questionários, o que dificulta a comparação dos níveis de insegurança. Apesar disso, essa limitação não inviabiliza a comparação da presença ou não de segurança alimentar. Outra limitação, diz respeito à impossibilidade de analisar a variável de escolaridade do chefe da família e estado civil devido aos poucos estudos existentes.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa permitiu observar que os indicadores socioeconômicos sugerem uma relação com a insegurança alimentar, avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Isso demonstra que a utilização dessa escala pode contribuir para a identificação de grupos em risco de insegurança alimentar e mostra a necessidade de atenção por parte dos gestores públicos, em suas diferentes esferas, no sentido de promover ações que garantam o direito humano à alimentação adequada e a formulação de políticas públicas com objetivos claros para sanar problemas de base estrutural para, assim, possibilitar a diminuição das diferenças sociais e melhoria da qualidade de vida das nutrízes. Para isso, os dados apresentados devem ser considerados, pois permitem um melhor planejamento e avaliação das ações instituídas, com o objetivo de reverter o problema.

REFERÊNCIAS

ANEP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Dados com base no Levantamento Socioeconômico**. Brasília: IBOPE, 2008.

BARROS, V. O. et al. Aleitamento materno e fatores associados ao desmame precoce em crianças atendidas no programa de saúde da família. **Nutrire: Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 101-114, ago. 2009.

BICKEL, G. et al. **Guide to measuring household food security, revised 2000**. Alexandria: U.S. Department of Agriculture, Food and Nutrition Service, 2000.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília: Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, 2011.

CÔRREA, Ana Maria Segall et al. **(In) Segurança Alimentar no Brasil: validação de metodologia para acompanhamento e avaliação**. Campinas: UNICAMP, 2003.

DAMIÃO, Jorginete de Jesus. Influência da escolaridade e do trabalho maternos no aleitamento materno exclusivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. 3, p. 442-452, 2008.

FRAGOSO, Ana Patrícia Rodrigues; FORTE, Renata Costa. Fatores associados à prática do aleitamento materno entre nutrizes de um hospital público do Distrito Federal. **Journal of the Health Sciences Institute**, v. 29, n. 2, p. 114-118, 2011.

GULLIFORD, Martin C.; MAHABIR, Deepak; ROCKE, Brian. Food insecurity, food choices, and body mass index in adults: nutrition transition in Trinidad and Tobago. **International Journal of Epidemiology**, v. 32, p. 508-516, 2003.

HABICHT, Jean-Pierre et al. Conceptualization and Instrumentation of Food Insecurity. **National Academy of Sciences workshop**, July 15-16, 2007.

HOSOI, Alessandra Toshie; ABREU, Solange Malentachi. Hábitos alimentares de nutrizes. **Revista de Enfermagem UNISA**, v. 7, p. 5-8, 2006.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Documento síntese. Rio de Janeiro: IBASE; 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Segurança alimentar 2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010.

MARÍN-LEON, Leticia et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1433-1440, 2005.

MOLINA, Maria del Carmen Bisi et al. Preditores socioeconômicos da qualidade da alimentação de criança. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 5, p. 785-792, 2010.

PANIGASSI, Giseli et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, p. 2376-84, 2008.

PEREIRA, Daniela de Almeida et al. Insegurança Alimentar em Região de Alta Vulnerabilidade Social da Cidade de São Paulo. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.

SALIBA, Memre Adas et al. Frequência e variáveis associadas ao aleitamento materno em crianças com até 12 meses de idade no município de Araçatuba, São Paulo, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil**, Recife, v. 8, n. 4, p. 481-490, 2008.

SALLES-COSTA, Rosana et al. Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, p. 99-109, 2008.

SAMPAIO, Maria de Fátima Archanjo et al. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006.

SOUZA, Natália N. de et al. Perfil socioeconômico e insegurança alimentar e nutricional de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, Brasil, em 2011: um estudo epidemiológico transversal. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, 2012.

